

## ATUAÇÃO NA PERÍCIA CONTÁBIL INCLUI ANÁLISE DE GRANDE VOLUME DE DADOS

O aperfeiçoamento de crimes de ordem contábil e financeira é uma preocupação para a sociedade, uma vez que resulta em prejuízos expressivos. A perícia contábil entra para produzir as provas materiais que são fundamentais para a elucidação de tais crimes. De acordo com a chefe da Seção de Perícias Contábeis do Instituto de Criminalística do Distrito Federal, Laiane Gonçalves Furtado, é um importante instrumento de justiça social.

Atualmente, além da aplicação de técnicas contábeis definidas em Normas Brasileiras de Contabilidade, a área dispõe de tecnologias como computadores e softwares modernos. Segundo o perito criminal Antônio Nerivalder Lopes, do Ceará, são ferramentas que auxiliam no processamento e análise de grande volume de dados, tornando o trabalho mais eficiente.

“Pode ser citado como uma das ferramentas mais úteis o Sistema de Investigação de Movimentação Bancária (SimbaPF), usado pela Polícia Federal em investigações que envolvem grande quantidade de movimentações bancárias. São utilizadas ainda outras ferramentas como o VBA, Java e Python”, diz Nerivalder.

Laiane cita o uso de programas de planilhas eletrônicas, programas de análise de vínculos, programas de *business intelligence* e *scripts* criados para facilitar e automatizar as tarefas. Para análise, “podem ser executados agrupamentos de categorias, filtros de valores quantitativos e qualitativos, construção de esquemas gráficos e tabelas dinâmicas, de modo a possibilitar uma melhor visualização e entendimento dos fluxos contábil-financeiros”, explica.

Para acompanhar o desenvolvimento tecnológico, a capacidade de se atualizar constantemente é uma habilidade relevante para os peritos da área. A existência de programas de análise que podem facilitar o trabalho coloca a importância dos conhecimentos em informática, pontua Laiane.

“Os exames periciais contábeis se caracterizam pelo grande volume de documentos e de informações. Normalmente envolvem um processamento de grande volume de documentos, pois, em decorrência da arquitetura dos esquemas criminosos, são de elevado grau de complexidade”, diz ela. Por isso, saber usar as ferramentas é fundamental.

Para Nerivalder, o exercício da profissão exige a atualização “mediante programas de capacitação, treinamento, educação continuada e especialização, e podendo assim realizar seus trabalhos com a observância da equidade.” Márcio Borges de Macedo, perito criminal do Paraná, destaca ainda o alto poder de atenção, a comunicabilidade e a tolerância a pressões.

Ademais, é preciso estar atento às normas específicas que contam com alterações recorrentes. “É importante conhecer em profundidade as normas e procedimentos atinentes aos fenômenos qualitativos e quantitativos relacionados ao patrimônio das entidades investigadas. Essa necessidade implica na especialização e em contínuos estudos e treinamentos, a fim de reciclar e manter atualizados seus conhecimentos”, afirma Laiane.

No dia a dia, a perícia contábil fica responsável por examinar documentos de naturezas diversas, aplicando as técnicas adequadas para observação, sempre em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e em consonância com a legislação específica.

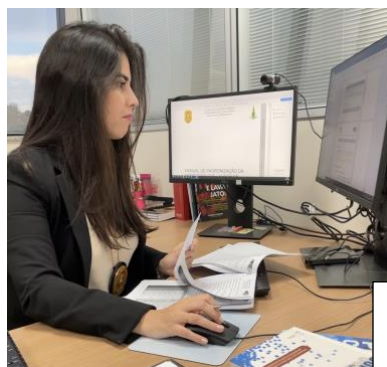
Quanto aos tipos de perícia, Macedo explica que “o perito realiza exames, vistorias, investigações, indagações, visando o esclarecimento de uma suposta conduta criminoso, tendo uma enorme gama de crimes envolvidos, tais como peculato, corrupção, suborno, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, fraude a licitação, estelionato, entre outros.”

A perícia contábil pode ainda ser caracterizada com base na origem do pedido. Nerivalder menciona dois tipos: “Perícia judicial se refere ao âmbito judiciário, realizada conforme os procedimentos do poder judiciário; perícias extrajudiciais surgem quando há necessidade de esclarecimentos de assuntos técnicos, em que estes colidem por desconhecimento da matéria específica, a interpretação de um profissional se faz necessário, no intuito de evitar características litigiosas que venha envolver o poder judiciário”, explica.

### Recado do presidente

A valorização do trabalho dos peritos criminais é um trabalho cotidiano da Associação Brasileira de Criminalística (ABC), que exige atenção constante da diretoria e todos os profissionais. Nessa última edição do Perícia Criminal quero destacar dois casos que estamos acompanhando. Na Bahia, um projeto de lei aprovado em comissão da Assembleia Legislativa poderá criar um verdadeiro trem da alegria ao fazer, sem concurso público, uma transposição da carreira da perícia auxiliar para a perícia oficial. Em Goiás, a autonomia da perícia criminal do Estado está sob risco de ser reduzida a apenas um departamento da Polícia Civil. Trata-se de uma manobra para prejudicar a aprovação da PEC 76, em discussão no Senado Federal, que inclui entre os órgãos de segurança pública as polícias científicas, subordinadas aos governadores e dirigidas por perito oficial da ativa. Estamos atentos e atuantes para evitar esse e qualquer retrocesso na autonomia da Polícia Científica.

**Leandro Lima**



Perita criminal Laiane  
Gonçalves Furtado, do  
Distrito Federal

### Perícia Contábil X Auditoria Contábil

Perícia Contábil e Auditoria Contábil se aproximam em suas metodologias, mas têm objetivos distintos. De acordo com Márcio Macedo, a Perícia Contábil tende a ser mais abrangente, enquanto a Auditoria Contábil atende a uma demanda específica. Furtado explica que a perícia criminal contábil é vinculada ao caráter científico de uma prova com o objetivo de esclarecer controvérsias, é específica e restrita aos quesitos e pontos controvertidos, especificados pelo requisitante. A auditoria, por outro lado, normalmente é constante, como nas auditorias de balanço vinculadas a uma gestão. A análise neste caso é feita por amostragem.

“A Perícia Contábil funciona através de análises científicas, específicos e restritos pelo solicitante do trabalho pericial, contudo sua análise deve ser irrestrita e abrangente, sempre buscando responder aos quesitos de forma segura, técnica e precisa. A Auditoria Contábil pode ser ou não sobre documentos específicos, tende a ser uma análise constante e utiliza-se a amostragem como uma de suas técnicas mais usuais”, completa Antônio Nerivalder.



PERITOS QUE FIZERAM HISTÓRIA

**"MAIOR DESAFIO É A CONCRETIZAÇÃO DA AUTONOMIA DA PERÍCIA NOS ESTADOS"**

**H**umberto Jorge de Araújo Pontes se formou em Farmácia e realizou o concurso para Perito Criminal por curiosidade. Ele, que foi presidente da ABC por duas gestões (2001/2003 e 2009/2011), afirma que descobriu o que era ser perito no curso de formação e desde então tem se identificado com a função.

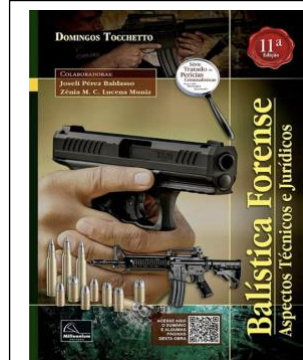
**O que destaca durante seu período como presidente da ABC?**

A gestão 2001-2003 foi recheada de atividades e de participações significativas para a ABC, em objetivos de interesse da criminalística. Pela primeira vez a ABC foi parceira na execução de cursos de perícia criminal com a SENASP-MJ. Audiências públicas na Câmara dos Deputados e em Assembleias Legislativas de Estados, e fóruns de discussão sobre a autonomia da Perícia Oficial, foram algumas dessas atividades. Em 2002 tivemos a realização dos eventos especializados, como o V Seminário Brasileiro de Perícia em Identificação de Veículos, VII Comitê Nacional de Documentoscopia, III Seminário Nacional de Balística Forense, II Seminário Brasileiro de Perícia de Crimes Contra a Vida

Em 2003, conforme previsto no Estatuto da ABC, aconteceu o XVII Congresso Nacional de Criminalística e a XVII Exposição de Equipamentos Aplicados à Criminalística, onde pela primeira vez na história da ABC, o seu Congresso Nacional foi realizado em Londrina (PR), o primeiro fora de uma capital. A gestão 2009/2011 não foi concluída, renunciemos no dia 11 de janeiro a presidência da ABC para assumirmos a Direção Geral do Instituto de Polícia Científica da Paraíba, a convite do Governador do Estado. Tivemos ainda que enfrentar a Projeto de Lei nº 5649/2009, que dispunha sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e de outras providências, que conseguimos impedir que avançasse. Apoiamos as perícias estaduais, a exemplo da intervenção da Perícia Alagoana, onde foi exonerada a Diretora Geral, perita criminal, para colocar um coronel de polícia; no Rio Grande do Norte fizemos gestões junto ao governo para que o ITEP fosse administrado, exclusivamente, por Perito Criminal de carreira. Apresentamos a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) do Ministério da Justiça o Projeto denominado "Rede Nacional de Combate ao Crime Contábil e Financeiro", resultado de um debate realizado no III Seminário Nacional de Perícia Contábil, na cidade de Cuiabá, MT. Essas e outras ações foram realizadas graças ao apoio que recebemos dos peritos oficiais do Brasil.

**O que a perícia lhe ensinou de mais valioso?**

O respeito pela vida e a sua valorização. A entender que não podemos analisar as pessoas olhando apenas a fotografia daquele momento de sua vida, mas sim por todo o seu filme. Que não devemos julgar os outros pela sua aparência, nem tão pouco pela situação momentânea pela que passa. Que temos que ter mais empatia pelas pessoas, entendendo as suas diferenças, pois essa percepção das dificuldades que os outros possuem nos faz refletir sobre as nossas.



**O que o inspira a manter a dedicação diariamente?**

Hoje não exerço a atividade finalística. Acredito que cumpro a minha missão nestes 32 anos dedicando-me, com exclusividade, às atividades de perícia em local de crime, com uma passagem rápida pelo Laboratório de Balística Forense, e na gestão como diretor do Núcleo de Criminalística e depois de diretor-geral do Instituto de Polícia Científica do Estado da Paraíba. Atualmente exerço a função de presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais da Paraíba, na busca incessante pela valorização da perícia oficial do meu estado. O que me inspira a manter essa dedicação é o amor pela Perícia Oficial!

**Quais desafios a perícia ainda precisa ultrapassar?**

O maior desafio hoje é a concretização da autonomia da perícia oficial nos estados, através da sua constitucionalização com a alteração da Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública, além da uniformização da nomenclatura adotada para os órgãos da Perícia Oficial de natureza Criminal em todo o país.

**Que conselho deixaria para os novos peritos?**

Que se dediquem com exclusividade a perícia criminal, sempre pautando suas conclusões tão somente na metodologia científica aplicada aos vestígios identificados, mais que também não deixem de contribuir politicamente nas ações das entidades que os representam, atuando efetivamente na busca da autonomia, sonhada há tantos anos, para que tenhamos a isenção necessária para o exercício da perícia oficial.

**Quais as perspectivas para o futuro da perícia no país?**

São as melhores possíveis. Acredito que o momento da efetivação da nossa autonomia plena, efetivada na Constituição Federal, está muito próximo e com ela teremos um avanço muito grande, não só na sua reestruturação, nos avanços tecnológicos, mas também na valorização da categoria no que se refere a salário, como também pela sociedade.

**Indicaria algum livro?**

Indico todas as literaturas da perícia forense, em especial o livro "Balística Forense – Aspectos Técnicos e Jurídicos" - 11ª edição, que tem como organizador o Perito Criminalístico Domingos Tochetto e é produzido pela Editora Millennium.



## Programa usado pela primeira vez no Brasil no MS ajuda a encontrar mortos em guerra em Angola



Nove ossadas de pessoas mortas durante a Guerra Civil Angolana entre 1975 e 2002 foram encontradas graças a uma metodologia que nasceu de um dos casos mais notórios de Campo Grande (MS). O assassino em série Nando teve seus crimes descobertos em 2016, acusado de matar 16 pessoas e enterrá-las em um cemitério clandestino da cidade. Na época de buscas pelos cadáveres, um equipamento para medir a condutividade elétrica aparente do solo foi usado pela primeira vez. De fabricação canadense, o EM38-MK2 trouxe bons resultados e tornou-se cada vez mais utilizados em casos similares. Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, Cícero Wagner dos Santos. “A perícia não tinha nenhuma tecnologia para ajudar nas buscas. As escavações eram realizadas de forma aleatória, através da indicação do próprio acusado, que muitas vezes indicava pontos errados. Foi então que eu levantei a hipótese de que aquele equipamento, visto na aula, poderia detectar alterações no solo devido à presença de um cadáver”, explica Santos, que era aluno do professor de geofísica Ary Filho, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que o ajudou a realizar uma varredura do local valendo-se do equipamento. Juntos, encontraram dois corpos.

**PA** – O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC), em Belém, recebeu um curso com foco em geotecnologia. As tecnologias para coleta, processamento, análise e disponibilização de informação com referência geográfica são fundamentais no auxílio à perícia e elaboração de laudos. Durante a capacitação, os peritos criminais tiveram contato com o uso dos equipamentos necessários, softwares, aplicativos com licença livre e sites de sistemas de monitoramentos globais, como o da NASA e o do INPE. Frederyco Elleres, agrimensor e engenheiro cartográfico, diz que é necessário que os peritos tenham um conhecimento técnico das ferramentas, tanto de imagem quanto do simples aparelho de navegação GPS, pois elas são úteis para determinar, quantificar e identificar a vegetação do local, informações importantes para a confecção do laudo pericial. O curso reuniu peritos e auxiliares técnicos com conhecimentos diversos em perícia ambiental.

**DF** – Pouco mais de um ano após o seu lançamento, em 2 de setembro de 2020, 78 notas falsas de R\$ 200,00 foram identificadas por Peritos Criminais do Instituto de Criminalística (IC) do Distrito Federal. Desde que as novas notas entraram em circulação, o Instituto de Criminalística recebeu 80 cédulas de 200 reais suspeitas para exame. Em média, foram cinco notas falsas a cada mês. Dados do IC mostram que, desde 2018, foram investigados mais de 500 casos envolvendo notas falsificadas. Ao todo foram examinadas mais de 3.000 cédulas suspeitas. Segundo a chefe da Seção de Perícias Documentoscópicas do IC, Paula Kimie Fernandes Shimabuko, cerca de 90% das peças examinadas resultam na comprovação de suspeita de falsificação. A verificação das cédulas pode ser feita por meio de inspeção ótica ou por exame comparativo semiautomatizado, realizado em equipamento próprio para essa finalidade. Atualmente, a identificação por meio de equipamento é feita apenas nas cédulas de real.

**RS** – Peritos do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul estão trabalhando em conjunto com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), em Canoas-RS, no combate à pedofilia e à exploração infantil pela internet. No dia 23 de novembro, a chamada Operação Inocência cumpriu quatro novas ordens judiciais de busca e apreensão e efetuou mais duas prisões. As investigações começaram há cerca de três meses. Um dos suspeitos detidos é acusado de abusar de duas enteadas e armazenar conteúdo com o registro dos abusos no telefone celular. Mídias, computadores, aparelhos telefônicos e anabolizantes foram recolhidos após perícia nos locais onde foram executadas as ordens judiciais de busca e apreensão. O material será submetido à perícia e as provas encontradas serão utilizadas na abertura de eventual processo judicial contra os suspeitos. Para o perito Marcelo Nadler, um dos participantes da Operação Inocência, “é fundamental a integração entre a Polícia Civil e o Instituto-Geral de Perícias no combate à pedofilia”.

## Projeto aprovado em comissão da Assembleia Legislativa da BA desvaloriza peritos criminais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa da Bahia aprovou em 23 de novembro um projeto de lei que vai trazer prejuízos para o Estado, transtornos para o Departamento de Política Técnica (DPT-BA) e desvalorização dos oficiais da perícia criminal, médicos legistas e odonto-legal.

De autoria do deputado estadual Osni Cardoso Lula (PT), o projeto de lei 24130/2021 fará uma transposição da carreira da perícia auxiliar para a perícia oficial. Se aprovado pela assembleia e sancionado pelo governador Rui Costa, a mudança custará R\$ 30 milhões anuais ao cofres públicos.

Na prática, significa que o perito técnico de polícia (nome dado aos profissionais que auxiliam o trabalho principal da perícia feito pelos peritos criminais, legistas e odonto-legal) poderão continuar fazendo o mesmo trabalho que sempre fizeram de auxílio nas atividades periciais realizadas pelos peritos oficiais, porém agora terão um novo título (perito papiloscopista policial) que possibilitará o aumento do salário da categoria.

